

SOUSA, I.S.F. de. **A sociedade, o cientista e o problema de pesquisa**. São Paulo: Hucitec ; Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 236p.

Muito se tem falado e escrito sobre a pesquisa agropecuária no Brasil, porém de empiria consolidada e rigorosa pouco se encontrará. Foge à regra o livro resenhado aqui, de Autor competente no assunto e no manejo da pluma. Provocativo, instigante, o livro vai para a segunda edição porque esgotada a de lançamento.

Centrando o tema de seu trabalho na escolha dos problemas de pesquisa pelos pesquisadores, Sousa inicia apresentando uma importante revisão histórica das instituições científicas do País e de como tem evoluído no trato da questão agrícola. Em seguida constrói uma base teórica e metodológica para discutir o assunto.

A metodologia utilizada inclui, além do levantamento histórico sobre a pesquisa, respostas de pesquisadores de instituições públicas e privadas de pesquisa no País, assim como um “survey” orientado para pesquisadores engajados nas instituições de pesquisa agropecuária. Esse material orienta a interpretação para uma leitura feita a partir da visão destes pesquisadores. Ou seja, o livro é resultado da expressão dos pesquisadores sobre o seu próprio papel, sobretudo no que se refere à definição dos temas por eles escolhidos. Sousa lê, portanto, o problema de pesquisa a partir da óptica desses pesquisadores, o que se constitui em um quadro bastante claro de como ele se representa. Trabalhos que fundamentassem o que outros segmentos sociais utilizadores da tecnologia – produtores rurais individualizados ou organizados, representantes de entidades ligadas aos produtores rurais, agentes de extensão – pensam e dizem sobre a definição do problema de pesquisa carecem de embasamento de igual rigor. Assim, na obra, os argumentos dos pesquisadores ganham corpo e feição científica, enquanto outros que lhe contrapõem continuam como acientíficos. O perfil dos pesquisadores é construído a partir destes elementos e, porque não dizer, temos, assim, uma obra etnográfica inteligente sobre essa categoria profissional.

O primeiro critério selecionado pelos cientistas foi “importância para a sociedade”, o que se encontra coerente com os resultados discutidos até o presente momento. A classificação alcançada por esse critério põe em cheque a informação, difundida de forma mais oral do que escrita, de que o

pesquisador agropecuário, ou a sua maioria, pesquisa o que quer (p.142). Apresentando abundante bibliografia, senti falta, nessa parte, de alguma citação de obra que assuma esse caráter crítico em relação à Embrapa, mesmo que fosse apenas do ponto de vista político (como Ronaldo Conde Aguiar em “Abrindo o pacote tecnológico”, 1986; Manoel Moacir Costa Macedo, em sua dissertação de mestrado, 1985; entre outros).

Ainda nesse sentido, os critérios selecionados pelos pesquisadores como norteadores da sua escolha vão no sentido da legitimação de que necessitam para justificar a utilização dos recursos públicos que lhes sustentam como profissionais, sem esquecer, é claro, o papel do patrão, no caso, o Estado.

“...observa-se que os pesquisadores, principalmente os da Embrapa e das demais instituições, com excessão da Universidade, revelaram escolher o seu problema de pesquisa com base em critérios externos ao interesse exclusivamente individual, como importância para a sociedade, probabilidades de resultados práticos imediatos, prioridades da organização de pesquisa, propostas estabelecidas em planos nacionais ou regionais e necessidades dos clientes. De fato, o que ocorre nesse apanhado dos dez primeiros critérios é que metade deles indica a direção de influência externa à ciência e a outra metade indica a direção de influência interna do sistema social da ciência” (p.145).

O texto parece orientado para afirmar a legitimidade das diretrizes de pesquisa sem questionar a fonte do fornecimento das informações. Ou seja, valorizando as respostas dos pesquisadores sem uma contextualização do ambiente em que exercem o seu papel, de novo a obra assume um caráter de defesa que enfraquece o seu conteúdo empírico.

“O ponto importante para se reter é que reside nas origens das instituições de ciências agrárias no Brasil a tendência para o atendimento de problemas trazidos pela sociedade, principalmente por meio de diretrizes e planos governamentais. Os relatórios de diferentes instituições deixam claro que esses problemas sempre tiveram precedência sobre os de ordem estritamente acadêmica ou pessoal” (p.146).

Se é verdade que o estritamente acadêmico e pessoal estão em segundo plano quando da definição do problema de pesquisa, o atendimento a planos e diretrizes governamentais por si só não podem ser interpretados como anseios da sociedade como um todo, mas de parte dela, particularmente no Brasil, onde o Estado tem merecido a crítica de estar submisso a interesses privados. Ou seja, os pesquisadores lêem a sociedade brasileira através de planos e diretrizes elaborados em função de diagnósticos fornecidos por eles mesmos, ou por seus pares, fechando-se em um círculo vicioso.

A pergunta que deveria ser formulada e perseguida é: até onde as respostas dos pesquisadores estariam escondendo outros interesses dessa categoria? Dizendo de outra forma, até onde o grau de interesse dos pesquisadores em se legitimar ou em se mostrar coerente com o exercício de sua profissão levaram a respostas que induzem a uma leitura favorável de seu papel social? A resposta talvez possa ser dada na confrontação do texto que explora e analisa os critérios que influenciam a escolha dos temas de pesquisa, no Capítulo 6, com aquele que apresenta o cientista e seus valores, no capítulo 8.

É sempre difícil a leitura fria de um texto no qual de alguma forma estamos inseridos como ator ou personagem. Talvez por isso a apresentação de números e dados buscando a imparcialidade tenha feito o autor refém de afirmações, em alguns casos, ou da falta de comentário, em outros. Cito a título de exemplo a excelente justificativa feita para a baixa taxa de publicações dos pesquisadores da Embrapa no primeiro caso e a falta de análise sobre o fato de os pesquisadores assinarem poucas revistas científicas, permitindo uma interpretação de que lêem pouco. Sem querer cumprir o papel de advogado dos pesquisadores nem das instituições, acho que é preciso comentar que as unidades da Embrapa e universidades normalmente possuem bibliotecas que cumprem o seu papel, o que talvez explique o baixo número de assinaturas individualizadas pelos membros dessas entidades. Isso, porém, teria que ser confirmado, ou negado, pelas fichas de empréstimo nas salas de leitura, evidentemente. Enfim, temos um perfil detalhado e denso dos profissionais que atuam nessa área, em um esforço considerável do Autor.

Ivan Sérgio Freire de Sousa é sociólogo, ex-diretor da Embrapa, e pesquisador da área de estudos estratégicos na mesma Empresa. Tem formação de bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é mestre em Sociologia Rural pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São

Resenhas

Paulo, e doutor pela The Ohio University, nos Estados Unidos. É autor de inúmeros artigos sobre ciência e tecnologia e membro ativo de bancas examinadoras de concursos de professores e de julgamento de mestrado e doutorado em diversas universidades brasileiras. Colabora como professor no curso de mestrado e doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília-UnB. Foi editor e um dos fundadores dos Cadernos de Ciência & Tecnologia, publicado pela Embrapa.

É inegável a contribuição apresentada por este trabalho que passa a se constituir em leitura obrigatória aos que refletem as transformações no campo brasileiro, principalmente no que se refere ao papel da pesquisa agropecuária.

Gutemberg Armando Diniz Guerra
Doutorando na École de Hautes Études en Sciences Sociales,
Paris, França. Bolsista da Capes.
E-mail: diniz@alise.msh-paris.fr